

## POPULISMO AUTORITÁRIO E BOLSONARISMO POPULAR: CAMINHOS COMPARADOS DO PUNITIVISMO A PARTIR DE STUART HALL

*Moysés Pinto Neto*<sup>1</sup>

*Marcelli Cipriani*<sup>2</sup>



RCC

2021, vol.1, n. 1, p. 41-56

© Os (as) autores (as), 2021



[www.crimlab.com](http://www.crimlab.com)

[www.rcc.periodikos.com.br](http://www.rcc.periodikos.com.br)

e-ISSN: 2676-007X

### RESUMO

O texto procura recuperar os escritos de Stuart Hall do final da década de 70 e início da década de 80 para comparar a ascensão do populismo autoritário encampado pelo thatcherismo com a condição brasileira atual, o que é feito a partir da chave do bolsonarismo popular. O elemento que atravessa ambas as descrições e é tomado como foco, dentre os vários possíveis, é o papel do punitivismo como mecanismo de engate discursivo e subjetivo. A singularidade das análises de conjuntura de Hall foi o pensamento *bottom-up*, entendendo o populismo autoritário não apenas como uma conspiração de elites ou processo macroeconômico, mas também como uma aliança inusitada com a população pobre por meio de valores conservadores (família, nação, ordem), fenômeno que — considerados os diversos trabalhos etnográficos e analíticos em torno ao bolsonarismo — parece se repetir no Brasil. A partir disso, compara-se as modulações distintas entre o caso britânico e brasileiros nas suas conexões com a cultura punitiva que os atravessa.

**Palavras-chave:** Stuart Hall; Populismo Autoritário; Punitivismo; Bolsonarismo Popular.

### AUTHORITARIAN POPULISM AND POPULAR BOLSONARISM: COMPARATIVE PATHWAYS OF PUNITIVISM SINCE STUART HALL

### ABSTRACT

The text seeks to recover Stuart Hall's writings from the end of the 70s and beginning of the 80s to compare the rise of authoritarian populism represented from Thatcherism with the current Brazilian condition, which is done since the notion of popular bolsonarism. The element that crosses both descriptions and is taken as a focus, among the many possible ones, is the role of punitivism as a discursive and subjective coupling mechanism. The singularity of Hall's conjuncture analysis was bottom-up thinking, understanding authoritarian populism not only as a conspiracy of elites or a macroeconomic process, but also as an unusual alliance with poor population through conservative values (family, nation, order), a phenomenon that - considering the various ethnographic and analytical works around Bolsonarism - seems to be repeated in Brazil. From this, we compare the distinct modulations between British and Brazilian cases in their connection with the punitive culture that crosses them.

**Keywords:** Stuart Hall; Authoritarian Populism; Punitivism; Popular bolsonarism.

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia (PUCRS), Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (ULBRA).

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia (UFRGS), Mestre em Ciências Sociais (PUCRS)

## INTRODUÇÃO

A ascensão de líderes de extrema direita como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Victor Orbán, Matteo Salvini e Boris Johnson pelo mundo tem levado as humanidades a intensas discussões sobre a natureza dos fenômenos envolvidos. As comparações com o período anterior à Segunda Guerra Mundial, por exemplo, são abundantes, identificando evidentes paralelismos entre as práticas nazifascistas e o cenário de crise econômica e política do Entre-Guerras, com o descrédito da democracia liberal e a perda de confiança no progresso. A construção de novos tipos de “massas”, por exemplo, mediante *hordas virtuais* que se propagam de forma distribuída e memeficada não seria algo diferente de uma nova face das velhas multidões homogêneas “hipnotizadas”, segundo a imagem freudiana no seu clássico texto, pelo líder. Nosso objetivo não é rejeitar essas evidentes analogias, nem contrapor interpretações das novas formas como modalidades de fascismo, mas simplesmente abrir uma via paralela de leitura mediante a aproximação com outra cena semelhante ocorrida no final dos anos 70 com a ascensão do “populismo autoritário”.

Devemos para isso recuar até o final dos “Anos Dourados” no Norte, depois de três décadas chamadas de “gloriosas” nas quais a ideia de progresso se naturalizou até o ponto em que as últimas gerações passaram a questioná-la não pela insuficiência em alcançar seus objetivos, mas colocando em xeque todo modelo industrial de sociedade e suas formas de subjetividade disciplinares. O entusiasmo crescente que permeava as formas culturais subversivas vinha ao lado do crescimento e prosperidade distribuída mediante um pacto social tendencialmente igualitário — e aqui centenas de ressalvas, sem dúvida alguma, poderiam ser feitas, mas dificilmente se poderia negar que o entusiasmo da crítica à sociedade industrial estava diretamente conectado à sua capacidade de produzir laços sociais e reconhecer direitos em tendência crescente.

O fim da década de 1970, no entanto, marca um *backlash* violento que forma uma nova imagem da sociedade cujos rastros ainda parecem presentes no nosso cotidiano. Do imaginário colorido do *Flower Power*, da psicodelia experimental dos álbuns dos Beatles e Jimi Hendrix ou das novas formas inventadas pelo cinema de Jean-Luc Godard ou Michelangelo Antonioni, somos de repente lançados no cinema sombrio de um Martin Scorsese que nos apresenta um taxista ex-combatente de guerra cuja rotina consiste em perambular pela cidade decadente cruzando com cafetões e criminosos, sendo ao mesmo tempo incapaz de expressar seu próprio desconforto senão mediante uma explosão episódica de violência<sup>3</sup>. Nesse novo mundo, o entusiasmo dá lugar ao desânimo, a festa à ressaca, e Sex Pistols e Richard Hell, respectivamente, expressam o momento do “fim do futuro” (*no future for us!*) e da geração vazia (*blank generation*). Da revolução ao niilismo: *the dream is over, what can I say?*

É nesse contexto que Stuart Hall, conhecido fundador dos estudos culturais, irá escrever seus primeiros ensaios conjunturais em contraste com os colegas marxistas com quem dividia o espaço da *New Left Review*. Diante de análises macroestruturais que explicavam os fenômenos unicamente por meio de transformações do capitalismo, Hall via, em contraste, um movimento *bottom-up* que era deflagrado não por uma conflagração rebelde que revolucionaria o mundo, como se esperaria em geral de insurreições populares, mas, ao contrário, por meio de uma aliança entre lideranças de perfil autoritário e populista e a população, inclusive na classe trabalhadora, mediante novos engates simbólicos. Ou seja, Hall pode ter focado o tema pela eterna pergunta lançada por La Boétie e repetida por boa parte da reflexão filosófica do século

<sup>3</sup> Sobre o tema, ver Pinto Neto, 2018.

XX (por exemplo: Adorno, Marcuse, Reich, Deleuze e Guattari): *por que obedecem voluntariamente?*

Hall não apenas é um dos primeiros a escrever coisas interessantes sobre o *populismo autoritário* a partir da sua análise da ascensão do thatcherismo, confrontando as interpretações maniqueístas da esquerda e sua incapacidade de reconhecer suas próprias insuficiências, como também traça a centralidade do *punitivismo* para a compreensão do fenômeno, inclusive aproximando os estudos culturais da Criminologia com a utilização de conceitos como de “pânico moral”, por exemplo.

Ora, sabemos que é abundante a literatura na Criminologia Crítica que envolve o conceito de *populismo punitivo*, entendido como a utilização de discursos histriônicos de empresários morais nos meios de comunicação e políticas de endurecimento contra o crime (*Law and Order*), com restrição de direitos e garantias, ampliações de pena e promoção do encarceramento em massa para conquista de adesão popular. Há amplos diagnósticos como os conhecidos trabalhos de Elena Larrauri, Jock Young, Loïc Wacquant e David Garland, entre muitos outros, embora nem sempre esse aspecto que conecta a paisagem cultural popular, as estratégias populistas no sentido político e o punitivismo apareça explicitamente relacionado. Por isso, esse ensaio é um esforço, mediante o exemplo da análise de Stuart Hall — na sua verdadeira saga contra o dogmatismo de esquerda e o fechamento do debate para “problemas incômodos” — e diante da ascensão do populismo autoritário, para pensarmos as implicações do fenômeno no ambiente brasileiro com o bolsonarismo, com sua herança específica, mas, mesmo assim, conectado com elementos sincrônicos (a “onda reacionária”) e diacrônicos (a história do neoliberalismo no Norte e na América Latina) que o influenciam e conformam. Seguindo a linha *bottom-up*, cujo paradigma é a própria análise conjuntural de Hall, o foco principal estará na comparação entre o caso britânico e aquilo que um múltiplo campo de estudos etnográficos brasileiros, com foco nas periferias urbanas, nomeia como “bolsonarismo popular”.

## A ASCENSÃO DO POPULISMO AUTORITÁRIO LIDA POR STUART HALL

Nos idos dos anos 70, Stuart Hall dedicou uma série de ensaios sobre conjuntura para entender o fenômeno da ascensão do thatcherismo e a crise da esquerda. Os ensaios foram compilados em pelo menos dois volumes – *Policing the crisis* e *The hard road to renewal: thatcherism and the crisis of left* (1978 a 1988) – nos quais os dilemas do Partido Trabalhista em seu período final de hegemonia são cotejados com um movimento desde baixo que combina o conservadorismo moral de viés punitivista com o ultraliberalismo econômico. Se Hall hoje é lido fundamentalmente pela sua contribuição para os estudos culturais e em torno a conceitos como identidade, diferença e diáspora, naquele período as reflexões envolviam uma aplicação de ferramentas gramscianas para compreender a disputa por hegemonia que Thatcher construiu. Hall tem uma aproximação não-dogmática, polêmica e intelectualmente honesta dos dilemas do período, apontando fragilidades na mesma medida em que busca soluções concretas para o avanço reacionário que acabou se produzindo. A partir disso, inclui críticas ao materialismo dialético do marxismo ortodoxo, a ausência do debate racial, colonial e feminista na esquerda, a incompetência de o pensamento radical dar respostas aos problemas, não raro os denegando, bem como, finalmente, busca alternativas existentes em organizações, movimentos e estratégias políticas para reagir à crise e reconstruir a esquerda.

O autor visualizava, naquele momento e a partir das suas análises de conjuntura, um verdadeiro *turning point* histórico no contexto britânico, estando o thatcherismo envolvido com uma recomposição e fragmentação de relações históricas entre classes e partidos, as bordas

mutantes entre estado e sociedade civil, público e privado, a emergência de novas arenas de contestação e antagonismos, de novos movimentos sociais, sujeitos e identidades. O thatcherismo, nesse sentido, articulava um discurso entre a defesa do “livre mercado”, com o *homo economicus*, e os temas orgânicos da tradição, família e nação, respeitabilidade, patriarcalismo e ordem. A força do discurso de Thatcher não era opor ao keynesismo um monetarismo, mas conseguir traduzir em um *idioma* populista as noções econômicas básicas a partir de termos morais, por exemplo, “você não pode gastar mais do que ganha” para se referir ao orçamento federal enquanto economia doméstica. Hall define então o projeto thatcherista, então, como uma “modernidade regressiva”, isto é, “uma tentativa de ‘educar’ e disciplinar a sociedade em torno a uma versão da modernidade particularmente regressiva por meio de uma paradoxal manobra para trás em direção a uma versão igualmente regressiva do passado” (HALL, 1988, p. 02, tradução livre).

O mérito do thatcherismo, segundo Hall, era articular diferentes interesses sociais e econômicos dentro do mesmo projeto político. A análise convencional das classes da época, baseada na transitividade entre o político e o econômico, não seria capaz de diagnosticar com precisão a transformação material em termos de classes e identidades da qual o próprio thatcherismo era tanto produto quanto agente. O populismo de Thatcher conseguiu produzir uma inesperada adesão entre os descontentes, vencendo a disputa ideológica pelos “corações e mentes da maioria da gente comum” independentemente de qualquer força externa, como as teorias nas quais a esquerda se baseava à época costumava acusar. Rechaçando totalmente a ideia de “falsa consciência” e sempre destacando que a natureza contraditória de certas assunções do projeto não era um óbice à sua implementação, Hall analisa a ascensão do thatcherismo como política hegemônica, em termos gramscianos, em contraponto ao pacto corporativista que guiava a política do Partido Trabalhista ao longo dos anos anteriores. O novo projeto comandado pela “Dama de Ferro” buscava redefinir o senso comum, naturalizando-se e operando inconscientemente entre as pessoas comuns nos seus cálculos práticos e ordinários do dia a dia (HALL, 1988, p. 06-08).

A partir desses múltiplos engates, Hall apontou que o processo então emergente não se caracterizava pela mera imposição de uma “força externa” – dado que possuía raízes e encontrava lógicas internas no pensamento e na experiência das pessoas. Com isso, identificou encaixes entre a formação contraditória e sobredeterminada que era forjada pelo thatcherismo e um ecossistema social e cultural composto por elementos como a nação, a família, o dever, a autoridade, os padrões e o tradicionalismo – que foram, naquele cenário, associados a um revivido neoliberalismo. Segundo o autor, esse vasto campo de discursos – que, ao serem interpelados, convocavam e condensavam uma série de outros, de variadas naturezas – adquiriu parte relevante de sua legitimidade devido à aptidão para se imbricar em sentimentos populares e tocar dimensões concretas de vida.

Utilizando o conceito de Stanley Cohen construído a partir da criminologia, o autor mostra como o clima de ascensão discursiva da nova hegemonia thatcherista foi obtido por meio de “pânicos morais” (*moral panics*), cruzando educação, política e criminalidade:

Public opinion is constantly and unremittingly *tutored* in social authoritarian postures by the method of sponsored ‘moral panics’: the skilfully elevated panic surrounding comprehensive education, falling standards and ‘Reds’ in the classrooms is one of the most effective and dramatic examples – an instance of how, through and apparently ‘non-political’ issue, the terrain of social consciousness is prepared for exactly that political dénouement required by the ‘iron times’ into which we are drifting (HALL, 1988, p. 24).

O clima de paranoia da época combinava elementos de acusações de “permissividade” (com criminosos e *hooligans*, por exemplo) e conspirações socialistas nas instituições educacionais e nas associações diversas. Segundo Hall, criava-se uma polarização entre “um país vítima de um avanço furtivo do coletivismo socialista”, de um lado, e a contraposição do “pequeno homem”, o “cidadão privado, contra os tentáculos anônimos do estado inchado”, tornando a demanda pela extinção do Estado de bem-estar “respeitável” e contribuindo para que ganhasse inúmeros convertidos. Ao lado disso, um eixo ainda mais poderoso formava-se em torno à *disciplina social*, com um ataque frontal à ideia de igualdade e a completa reconstrução de uma ética da competitividade. Imagens como a de adolescentes grávidas, alcoolismo, ofensas sexuais e crimes sádicos eram usadas como elementos para atacar os “vastos detritos deixados pelo socialismo”, afinando-se em um discurso moral que buscava atacar parasitas e sindicalistas (HALL, 1988, pp. 26-27, 46-47). A educação, nesse sentido, ocupou – ainda segundo Hall – um lugar importante no quesito. O pânico alastrava-se por todos os lados, desde a politização dos professores em sala de aula às histórias sobre as “violentas” escolas urbanas. A mobilização deslocou-se, com isso, à ideia de que a educação fica igualada às necessidades da indústria (ou, diria de modo mais atualizado, do mercado) (idem, p. 53).

Inúmeros aspectos do diagnóstico de Hall parecem ecoar em recentes escritos de pesquisadores brasileiros – que, principalmente por meio de pesquisas focadas no “mundo popular”, têm sugerido conexões entre vetores irradiados de ordenamentos sociais periféricos e elementos que viriam a ser centrais à campanha de Jair Bolsonaro. Com base em experiências empíricas – em especial etnografias, muitas vezes iniciadas “antes dos fatos” (NEIBURG e THOMAZ, 2020) – sociólogos, antropólogos e outros intelectuais do campo das humanidades vêm trazendo, por distintos ângulos, contribuições para compreender o bolsonarismo a partir da ênfase em discursos e práticas sociais cotidianas, no lugar de conceder privilégio ao prisma macropolítico e macroeconômico. Com isso, também levantam pistas para questionar a lógica de interpretações que, orientadas a partir da ponta da pirâmide de classes, ou subestimam a adesão popular ao bolsonarismo, ou a tomam como resultado de um movimento que parte apenas de cima para baixo – protagonizado por elites patrimonialistas, liberais e conservadoras que, engajadas em forjar a realidade, buscariam convencer ou manipular os mais pobres em nome de seus interesses e de sua agenda programática.

A desconfiança diante dessas leituras se soma àquelas que, quando o ex-capitão foi finalmente eleito, atribuíram o resultado a uma substantiva capacidade de manipulação – que, figurada por representantes dessas mesmas elites e viabilizada por financiamentos estrangeiros, encontrou no *WhatsApp* o seu principal recurso. Portanto, ambas as interpretações referidas – que, não raro, são mobilizadas em conjunto –, estão próximas da perspectiva que toma os atores sociais como “dopados culturais” ou meros “portadores de um modo de produção” – despojados de compreensões válida acerca de seu entorno ou sobre as circunstâncias de sua ação. Com o objetivo de propor uma chave de leitura alternativa a essas formas de interpretar as dinâmicas e os conflitos sociais, apresentaremos, nos dois tópicos seguintes, uma análise sobre algumas das dimensões do fenômeno bolsonarista no Brasil – respectivamente, o seu entorno cultural e a relação entre o populismo autoritário, o discurso e as demandas punitivas, tendo como ênfase o “mundo popular”. Para tanto, tomamos como eixo central os escritos de Stuart Hall, bem como contamos com contribuições etnográficas produzidas no contexto local.

## O BOLSONARISMO POPULAR E SEU ENTORNO CULTURAL

Com base na observação de grandes grupos virtuais pró-Bolsonaro, Cesarino (2019) descreveu a centralidade das plataformas digitais para a sua vitória, bem como para a

reorganização político-identitária no Brasil. Almeida (2019) também destacou que as microrredes de interação virtual possuíam papel decisivo na construção da legitimidade ou ilegitimidade dos candidatos durante a última eleição presidencial. Rocha (2018a), por sua vez, ressaltou a enorme habilidade no uso desses espaços como fator primordial à formação da nova direita ultraliberal-conservadora no país. Todavia, recuperando a disponibilidade de recursos de grupos assim identificados, desde a sua criação e até o alcance de visibilidade pública, a autora questionou a suposição de que se consolidaram com base em fartos recursos materiais e organizacionais, argumentando que essa é uma explicação apenas parcial ao seu sucesso, que não dá conta de elucidar a popularidade das direitas na opinião pública e sua significativa capacidade de mobilização (ROCHA, 2018b).

Assim, sem desconsiderar fatores como os referidos, alguns pesquisadores vêm ressaltando que as classes populares tinham razões compreensíveis para aderir ao bolsonarismo – não sendo compostas, portanto, de atores inteiramente passivos, que apoiavam ideias contra intuitivas ou sem sentido somente devido às *fake news* (ROCHA, 2020). Ainda, que a adesão popular a Bolsonaro não se explica apenas por uma mobilização das elites contra os pobres, pois aquilo que Cesarino (2019) identificou nos padrões da memética de sua campanha também serviu para traduzir desejos, ansiedades e moralidades cujas bases já estavam fincadas há muito mais tempo nas periferias urbanas (FELTRAN, 2020a). Em suma, que sua candidatura articulou distintas linhas de força – presentes em vários grupos sociais e, dentre eles, as camadas mais empobrecidas – congregando vetores que nela encontraram a melhor representação (ALMEIDA, 2019).

As considerações de Stuart Hall, assim como os estudos que identificam traços do bolsonarismo popular no Brasil, não implicam dizer que esses grupos sociais são exclusiva ou ontologicamente conservadores e liberais: não só as periferias são territórios heterogêneos, como o senso comum popular é uma estrutura contraditória – também abarcando “ideias de injustiça, de opressão e exploração que surgem da distribuição de poder, riqueza e prestígio” (HALL, 1988, p. 142, tradução livre). Investigando a adesão ao bolsonarismo por integrantes das faixas C e D de renda, por exemplo, Rocha (2020) afirma que a maior insatisfação apresentada por seus interlocutores dizia respeito a pautas tradicionalmente defendidas por partidos de esquerda – que eram remetidas, entretanto, ao espectro da extrema-direita. Para o eleitorado popular de Bolsonaro que foi entrevistado pela pesquisadora, o maior problema do país seria a desigualdade social – havendo não só a defesa de manutenção da gratuidade de serviços públicos, como a educação e a saúde, mas a demanda por um Estado com postura ativa na economia.

Esse intento se articula, conforme Almeida (2019), com uma crítica ao Estado que está presente tanto em camadas médias quanto baixas. O Estado-mínimo, nesse contexto, é entendido como oposto à corrupção, aos privilégios e à morosidade nos serviços públicos, mais do que às agendas neoliberais. A plasticidade de tal categoria também foi percebida por Kalil *et al.* (2018) em narrativas de eleitores de Bolsonaro que nomeou de periféricos de direita, os quais não a associavam ao vetor econômico, mas moral. Assim, se para os ricos e empresários havia uma clara expectativa de que a gestão Bolsonarista ecoasse o ultraliberalismo de Paulo Guedes, para os entrevistados pela antropóloga, aderir a essa dimensão poderia implicar o recurso a elementos do campo religioso ou da vida íntima.

Na esfera do trazido por Hall (1988), aí se encontram chaves de oportunidade para que o populismo autoritário condense discursos de naturezas distintas, explorando preocupações populares que se dão no âmbito da moralidade e dos valores – como a reação aos novos padrões familiares e às políticas de identidade em avanço no Brasil, por exemplo – para, a partir delas, investir na redução das contradições existentes entre o “povo” e o “bloco de poder”.

Como aponta o autor, é sobre essas contradições que costumam se construir os discursos populares-democráticos – e, quando esses tendem à direita política, elas se tornam mais marcadas, precisando ser neutralizadas. Hall (1988) argumenta que, obtendo êxito em tal operação, o *thatcherismo* foi capaz de, ao mesmo tempo em que conjugava pautas neoliberais, ser identificado como “do lado dos pequenos” e contra os “grandes batalhões” – lugar para onde era remetido o partido trabalhista, ainda que defendesse as políticas de bem-estar social. A tática remete ao discurso frequentemente enunciado pelo próprio Ministro Paulo Guedes, bastião ultraliberal do Governo, em que define o brasileiro – com a típica autoironia da vitimização, que também ocupa aqui um espaço importante – como um “otário” que aceita ser gerido por poucos grandes bancos concentradores. Assim, como a invocar um “capitalismo desde baixo” que oporia o pequeno financista — microinvestidor “sardinha”, para usar a linguagem do próprio mercado financeiro — aos “tubarões” cujo parentesco com o Estado bloquearia o enriquecimento dos brasileiros.

A relevância dessa apresentação, próxima ao “homem simples” e à sua família, será também mostrada por Rocha (2018c) ao investigar as preferências por Lula e/ou o PT em periferias de São Paulo. A maioria de seus interlocutores, ao justificar a predileção, recorria a aspectos simbólicos presentes no lulismo, afirmando que o ex-presidente “representaria de verdade as pessoas mais pobres, as quais habitavam as regiões mais empobrecidas do país” (p. 44). Por sua vez, ao entrevistar eleitores de Bolsonaro das classes populares, apura pesquisadora ou narrativas no sentido de que o PT havia traído os trabalhadores – por se envolver em esquemas de corrupção – e teria deixado de protegê-los. Em contraste, para os apoiadores fiéis do ex-capitão, ele estaria verdadeiramente interessado em enfrentar os interesses das classes políticas tradicionais (ROCHA, 2020). Já Cesarino (2019) afirma que, durante a campanha bolsonarista, a oposição entre líder e povo versus inimigo e elite foi propagada, recorrentemente, por meio de símbolos simples, “como o relógio Casio e a caneta Bic de Bolsonaro, contrapostos à caneta Montblanc banhada a ouro de Lula e ao suposto relógio suíço de Fernando Haddad” (p. 543).

Soma-se a esse aspecto a memética estabelecida na cultura *troll*, base da tática bolsonarista nas redes digitais, que superpõe ao “politicamente correto” — entendido como espécie de pressão universalista e moralista censória — uma espécie de “alívio cômico” mediante a utilização do humor de mau gosto, incorporada pelas próprias lideranças de extrema direita que se apresentam como *clowns*, como Bolsonaro e suas “caneladas”. Reafirma-se, com isso, a identificação com o “homem comum” que se contrapõe à sofisticação hipócrita da esquerda cultural. Diante da complexidade tortuosa dos problemas que é exposta mediante a investigação das estruturas — o que, no jargão do neoconservadorismo era etiquetado como “desculpas sociológicas” (WACQUANT, 2011) —, propõe-se um retorno ao “tosco”, ao básico, ao simples, como uma solução pragmática que foge das complexidades do mundo e permite fácil viralização. O jogo do cínico tosco contra a correção moral polida à hipocrisia. Em busca da autenticidade dissolvida nas mil e uma negociações políticas ou nos raciocínios mais aporéticos, encontra-se na figura de Bolsonaro “alguém como nós” que pode até contar com defeitos, mas tem sobretudo boas intenções.

Para além do que Hall (1988) mencionou como “truques populistas” – que tocam em situações concretas e capturam algo de autêntico nos fenômenos, mas obscurecem parte de suas intenções – a neutralização das contradições mencionada pelo autor também perpassa pela presença, no senso comum, de traços verdadeiramente representados em categorias que são articuladas politicamente. Nesse sentido, embora elas venham a ser interpeladas por intermédio de discursos de outra ordem, não deixam de adquirir sustentação própria para além deles. Em tal espectro, a polissemia atribuída ao Estado mínimo – identificada por pesquisadores nas

narrativas de integrantes de classes populares – coexiste com a incorporação de valores liberais que também está visível em camadas médias e baixas. Aliás, a ideia não difere muito do que Laclau (2007) nomeia como a “cadeia de equivalências”, pela qual um significante vazio é capaz de aglutinar demandas de segmentos heterogêneos — elemento-chave para a caracterização do populismo como fenômeno político de um ponto de vista estrutural.

Adicionalmente, tais traços se encontram bastante presentes na Teologia da Prosperidade – popular no meio neopentecostal e pulverizada em inúmeras periferias brasileiras – que já vem pautando, há muito tempo, a necessidade de se buscar o sucesso por esforço próprio (FELTRAN, 2020b). Mariano (2014) ressalta que, nesses cenários, não só o sentido dado à prosperidade é eminentemente capitalista – com estímulo ao consumo e ao progresso individual, além de contar com um materialismo acentuado –, mas que os fiéis costumam ser aconselhados a abandonar a condição de empregados, a abrir seus próprios negócios e a tornarem-se patrões. Além de valorizados em si mesmos, através de sua conexão com a doutrina pentecostal, o esforço individual e a iniciativa privada também são contrapostos às políticas compensatórias e identitárias (ALMEIDA, 2019).

Todavia, se na Teologia da Prosperidade não há “uma única crítica sequer ao capitalismo, nem à injustiça e desigualdade sociais” (MARIANO, 2014, p. 185), Spyer (2020) aponta que, contra os evangélicos certamente existe preconceito de classe – e que os evangélicos pobres rejeitam o *status* de subordinação diante do restante da sociedade que os atinge. O antropólogo também argumenta que, mediante o estímulo à disciplina pessoal e à cultura do empreendedorismo, fortalecendo redes de proteção e de ajuda mútua, bem como incentivando o investimento em instrução profissional, as igrejas influenciam a melhora nas condições de vida de camadas populares. Por isso, entende que, para os brasileiros mais pobres, tornar-se evangélico não seria apenas uma aposta no sobrenatural, mas “uma escolha feita a partir da observação da experiência das pessoas que moram no seu entorno, nas periferias e favelas” (SPYER, 2020, p. 23)<sup>4</sup>.

O papel do neopentecostalismo, que vem tecendo articulações progressivas com policiais militares (LIMA, 2020), é relevante para pensar tanto sobre a adesão popular a Bolsonaro, quanto sobre o papel das elites nesse processo. Como trazido anteriormente, um importante elemento levantado por Hall (1988) acerca do populismo autoritário dizia respeito à habilidade do thatcherismo em articular distintos interesses sociais e econômicos no seu projeto político. Por isso, conforme o autor, é difícil dizer de forma precisa quais interesses de classe estavam ali representados – inclusive porque esses interesses também iam sendo redefinidos, política e ideologicamente, ao longo de seu processo de representação. No Brasil, diante do conflito político atual, a explicação que parte de uma divisão baseada na estratificação social tampouco soa suficiente (FELTRAN, 2020b) – seja porque subjetividades neoliberais se espriam por todas as classes sociais, embora não necessariamente se façam presentes da mesma maneira, seja porque as conexões mais acirradas entre grupos com rendas distintas parecem se dar no campo da moral.

Conquanto haja múltiplos e importantes pontos de consenso entre a candidatura de Bolsonaro e elites patrimonialistas, liberais ou conservadoras, igualmente convergem a ela os

---

<sup>4</sup> Essa afirmação, no entanto, pode ser infinitamente complexificada se levarmos em consideração formas de sobrenatural que não são transcendentais — ou seja, não separam absolutamente imanência mundana e transcendência divina — e portanto envolvem negociações, trocas, sacrifícios e outros modos de contato entre humanos e não-humanos espectrais. Nesse caso, não se trataria de uma explicação na qual a crença evangélica se justificaria por razões “sociais” ou estruturas de subsistência puramente *materiais*, mas justamente um ponto de encontro entre as noções de poder e religião que indicaria caminhos distintos da “espiritualização” que muitas vezes domina o conceito.

segmentos que, além de se tomarem como excluídos do processo político e de seus benefícios, se percebem como dele perdedores (NOBRE, 2019). É nesse sentido que Prata (2019) se refere ao bolsonarismo como um reflexo do “empoderamento dos jagunços”. Em teor semelhante, consoante aponta Feltran (2020a), ao mesmo tempo que a adesão popular ao ex-capitão é reativa a mudanças que tiram poder do homem branco, ela também se trata de uma reação de jagunços a outros homens brancos ricos (por exemplo, manifesta na insubmissão das polícias aos governadores, vistos como representantes das elites). Mais do que isso, a partir de etnografias feitas em periferias urbanas, o autor ressalta que a conexão entre esses variados grupos não se deu com o engate popular às elites, mas pelo sentido inverso: foram elas que embarcaram, depois, em um movimento mais antigo, especialmente assentado na conjunção entre o militarismo policial e o anti-intelectualismo evangélico<sup>5</sup>.

Para que esse movimento se espraiasse organicamente, plataformas como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* foram – e seguem sendo – fundamentais: no entanto, os principais agentes de pulverização, aqui, seriam os policiais militares e as lideranças pentecostais, não as elites – que, segundo o sociólogo, eventualmente se viram confrontadas com o fato de não possuírem o controle sobre a condução do processo que estava em curso. Assim, conforme sugere Feltran (2020a), não só o movimento a que se refere não se originaria de “cima para baixo” – ao menos em um sentido tradicional –, como contaria com redes horizontais protagonizadas por atores sociais do “mundo popular” – dentre os quais, é claro, representantes das elites periféricas. Para além do “voto evangélico” e do “voto das polícias” em Bolsonaro, esses setores encontram-se politicamente ativos há pelo menos uma década, ao longo da qual têm tido sucesso para construir vasta legitimidade popular (FELTRAN, 2020b).

Hall (1988) expõe que, durante o período de ascensão do tatcherismo, tanto a esquerda quanto a direita passaram a defender saídas para a crise que era percebida coletivamente. Todavia, enquanto a primeira propunha, por intermédio de uma condição passiva, conservar o Estado (as políticas de bem-estar social, por exemplo), a direita radical pautava que as coisas não podiam “seguir da forma antiga” e que “não era possível continuar assim”. Portanto, a lógica de uma esquerda que confronta forças sociais e políticas comprometidas em “defender o velho” se inverteu, e foi a direita quem se tornou contestatória. Em que pese suas lideranças fizessem gestos em direção à tradição, articulada em uma forma de modernização regressiva, essa também se tratava de uma força política ativa, comprometida com a filosofia de que “para conservar, é preciso reformar; para preservar, é preciso revolucionar” (HALL, 1988, p. 125) (tradução livre)

A ideia de revolução esteve muito presente durante a campanha de Bolsonaro, sendo associada ao retorno a um Brasil unificado e pacífico, que supostamente já havia existido outrora e que abarcaria antigos valores – envolvendo padrões familiares, relações de gênero e raciais, o respeito à ordem e à autoridade, dentre outros. A palavra revolução não foi usada apenas para que o candidato fizesse referência ao golpe de Estado que deu início ao regime militar no país, mas também, após a eleição, para caracterizar o seu próprio governo – sendo mencionada, inclusive, durante o discurso de Bolsonaro na Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, a fim de marcar o processo que estamos atravessando no país. Diferentemente dos partidos de esquerda – que, no pleito eleitoral de 2018, em geral defenderam o aprofundamento de mudanças já iniciadas em um passado recente e a defesa de marcos estabelecidos – como

---

<sup>5</sup> Não ignoramos, com isso, uma série de trabalhos que consistentemente levantam a adesão dos segmentos ruralistas como primeiro impulso do bolsonarismo (por exemplo, como parte da Bancada Boi-Bala-Bíblia ou mesmo nos inúmeros eventos promovidos por entidades agrárias nas quais a aliança ia sendo firmada), mas, para fins do presente ensaio, mantemo-nos focados na dimensão urbano-periférica.

advindos do pacto de 1988 –, Bolsonaro propôs saídas disruptivas como “refundar a política” ou “refundar o Estado”.

Por meio dessas máximas, sua candidatura conectou-se não só a demandas de classes populares – que, consoante Rocha (2020), frequentemente fazem coro à necessidade de uma renovação profunda na política, expressa pelo desejo de “começar do zero” – como também ao projeto presente no ideal de nação do pentecostalismo militarista. Como diz Almeida (2019), o conservadorismo dos costumes propagado nesses meios religiosos não pretende se limitar aos seus fiéis, mas ser estendido à sociedade como um todo, disputando os conteúdos da moralidade pública e comportando-se, no inverso do processo de secularização, sob uma pretensão reguladora do mundo secular.

Por isso, o movimento de base neopentecostal e militarista não pode ser pensado apenas a partir de sua relação com Bolsonaro, mas com o próprio tecido social e cultural mais amplo do bolsonarismo, que transcende a figura do ex-capitão e remete à noção de populismo autoritário. Essa nova maneira de significar o conflito social no país, que também propõe – com a imagem de seu “Brasil unificado” – uma saída alternativa às promessas frustradas da integração de camadas populares por intermédio do trabalho (FELTRAN, 2011), abarca um processo de legitimação de via dupla, manifesto de forma multiescalar. Em outros termos, enquanto os discursos advindos dos movimentos de base de igrejas e polícias – assentados nas periferias e com adesão popular – agregavam legitimidade à figura de Jair Bolsonaro, sua figura também refletia legitimidade aos movimentos de base, conferindo maiores condições de possibilidade aos seus próprios discursos e, inclusive, à sua institucionalização política.

## POPULISMO AUTORITÁRIO, VIOLÊNCIA E PUNITIVISMO

Embora o problema da “violência urbana” não seja uma pauta nova na agenda política brasileira – e que venha suscitando, desde a década de 90, debates polarizados –, a crescente visibilidade do tema no debate público foi refletida durante o último pleito ao executivo federal. Ao longo da campanha de Bolsonaro, a ampla consciência sobre o crime, o medo de ser vítima de um crime e a demanda por maior punição e repressão estatal agregaram-se em um importante vetor de adesão. Em relatos feitos por jovens moradores de periferias de Porto Alegre, colhidos por Pinheiro-Machado e Scalco (2020), esses elementos representaram um ponto de inflexão para o apoio concedido ao candidato. Kalil *et al.* (2018), pesquisando o cenário de São Paulo, também identificou a centralidade dessas questões tanto em entrevistas aplicadas com o que chamou de periféricos de direita, quanto em inúmeros dos outros perfis de eleitores de Bolsonaro traçados pela antropóloga.

Se algumas incursões qualitativas indicavam que a expectativa de solução para a criminalidade estava sendo remetida à extrema-direita, pesquisas de intenção de voto, divulgadas à época da eleição, também apontavam que as preocupações em torno da pauta da segurança pública tendiam à candidatura de Bolsonaro. Em pesquisa<sup>6</sup> feita pelo Datafolha, visando a apurar as principais motivações para o voto no segundo turno, 17% dos eleitores de Bolsonaro justificaram sua escolha pelas propostas do candidato para a segurança, ao passo que apenas 2% dos eleitores de Haddad mencionaram tal razão. Os participantes também foram consultados, independentemente do candidato de sua preferência, sobre distintos atributos da imagem de ambos. Enquanto houve empate técnico em perguntas sobre quem seria mais experiente na política ou melhor preparado para cuidar da área da educação, por exemplo, 64% dos entrevistados consideraram Bolsonaro mais capaz para combater a violência, contra 26%

<sup>6</sup> Registrada no TSE sob o número BR-07528/2018

das menções recebidas por Haddad. Mesmo na fatia do eleitorado desse último, 25% dos entrevistados apontaram o ex-capitão como o mais apto para lidar com o problema.

Nenhum dos governos federais anteriores, incluindo-se os alinhados à esquerda, se afastou de tendências punitivistas, e tais gestões foram marcadas pela ambivalência no campo de controle do crime (CIFALI, 2016; AZEVEDO e CIFALI, 2017). Os investimentos que, durante esses governos, foram feitos em instituições de justiça e segurança, em geral se deram sem a exigência de contrapartida para que, ao menos em alguma medida, elas reinventassem seus modos de funcionamento (SÁ E SILVA, 2012) – e, desde o fim do regime militar, a violência institucional seguiu coexistindo com o discurso oficial dos principais partidos, alinhados com a defesa de uma “punição humanizada” (MARQUES, 2018). Apesar disso, as respostas advindas do campo da esquerda para a segurança pública – considerando-se, aí, não só os atores institucionais – costumam ser associadas a soluções transformadoras e não-punitivistas, de médio ou longo prazo, especialmente assentadas em mudanças estruturais e, por isso mesmo, com foco na escala do sobrevoos. Do ponto de vista do ator social, se tratam de alternativas relativamente abstratas, cuja tradução em melhoria para as condições de vida cotidiana não é automática ou imediata – diante de um problema que é percebido como grave, atual ou iminente.

Por sua vez, durante a campanha presidencial, Bolsonaro investiu em discursos do âmbito da continuidade das rotinas e próximos à ideia de “manutenção da ordem pública” – seja através da atuação do Estado, por meio da redução da maioria penal, do endurecimento das penas para determinados crimes, da aposta aberta no encarceramento e da flexibilização sobre o controle da atuação policial; seja dirigindo-se ao indivíduo, mediante a noção de “legítima defesa de fato”, do direito à posse de armas e da ampliação do seu porte. Nesse sentido, vale recordar que, tratando do thatcherismo, Hall (1988) já havia demarcado que o sucesso e a eficácia do punitivismo do período não se assentaram na mera capacidade de enganar pessoas desavisadas, mas de abordar problemas, experiências e contradições reais vividas cotidianamente – articulando-os politicamente por meio de táticas populistas.

Ademais, as respostas propostas pelos partidos de esquerda esbarram no que Feltran (2010a) apontou como uma tendência de inversão no vetor normativo da relação entre as periferias e o mundo público, especialmente devido à mudança de estatuto ocorrida nas fronteiras existentes entre esses espaços. Segundo ele, os movimentos sociais – os atores e narrativas políticas a eles associados – que haviam sido construídos sob o projeto operário, bem como a partir da perspectiva da integração, sofreram uma perda substancial na capacidade de representação em periferias urbanas. O autor argumenta que, embora tais movimentos tenham seguido operando em tais lugares, deixaram de encontrar um campo de ressonância social para os seus discursos (FELTRAN, 2020b). Diante dessa lacuna representativa, outros atores emergiram para fazê-lo com capacidade e habilidade para adquirir legitimidade. Dentre eles, os movimentos compostos por grupos religiosos e de policiais, convergentes com o militarismo bolsonarista e cuja aproximação com Bolsonaro já vinha sendo construída há muitos anos antes da eleição (SPYER, 2020).

Lima (2020) ressalta, por exemplo, que a pauta de “excludente de ilicitude” para todos os casos de mortes decorrentes de investigação policial, amplamente defendida por Bolsonaro, não só é cara aos policiais, mas tem eco nas concepções de muitos evangélicos pentecostais. Tomando esses agentes como guerreiros de Deus, imbuídos de autoridade divina para decidir sobre a vida e a morte, tais religiosos justificam suas ações não com base na lei, mas na moral – dimensão que, para Hall (1988), é o que dá ao discurso da lei e da ordem muito de seu alcance na moralidade popular e na consciência de senso comum. O mesmo vale ao militarismo policial – que, segundo Feltran (2020b), estaria constituindo-se como regime normativo, nas periferias,

há mais de uma década. Para o autor, a imagem de um país ordeiro que o acompanha não é alicerçada no respeito aos direitos sociais ou na defesa da liberdade para todos, mas nos valores advindos da hierarquia militar. As articulações entre essas duas linhas de força, que se manifestam de forma plural, podem ser percebidas, por exemplo, pela crescente adesão de policiais às religiões neopentecostais (FBSP, 2020).

Por outro lado, a proposta de lidar com o crime por meio da redução das desigualdades sociais, a despeito de eventuais verificações sobre sua eficácia, pode ser operada para aderir à representação de que, para a esquerda, quem comete crimes é uma vítima da sociedade – o que contrasta com a tendência, colhida nas etnografias feitas por Feltran (2007) em periferias paulistas, de encarar a criminalidade como uma “opção” dentre outras, como a que é expressa pela via do trabalho. Em consonância, para a juventude periférica escutada por Pinheiro-Machado e Scalco (2020), o Estado cuidaria dos “bandidos” melhor do que deles – concepção que justificavam, por exemplo, pelo fato de que os presos teriam direito de ver Netflix e jogar futebol. Essa constatação era formulada após os interlocutores assistirem a vídeos enviados por conhecidos, amigos ou parentes encarcerados – que costumam ser largamente partilhados e circular por redes virtuais de socialidade e vizinhança. Traçando um contraste com sua própria situação, os jovens narravam as experiências de medo e humilhação diante dos assaltos sofridos dentro de suas *vilas*, vinculadas à frustração de perderem os bens materiais que arduamente – e com cada vez mais dificuldade – trabalharam para adquirir.

Assim, a leitura sobre a suposta prioridade conferida pelo Estado aos “bandidos”, embora chegue em conclusões enviesadas, tem algum lastro na vitimização, na sensação de vulnerabilidade ou no medo diante do contato com uma realidade permeada pela violência. Se existem lugares em que, nas últimas décadas, o “mundo do crime” vem adquirindo maior legitimidade no estabelecimento da ordem local (FELTRAN, 2011), em outros sua presença tem sido encarada como um importante fator de desestabilização da segurança ontológica de moradores, rompendo com a previsibilidade de suas rotinas e contribuindo para elevar o estado de ansiedade coletiva (CIPRIANI, 2019). Condições como essas, que se alternam e impactam os regimes normativos nas periferias, abrem espaço a tensões no ordenamento social que podem ser exploradas por operações do populismo autoritário. Ao tocar na dimensão concreta da experiência com o crime e a violência, e diante da ausência de outros remédios convincentes às suas causas subjacentes, as operações populistas encontram espaço para operar – trabalhando os elementos da moralidade popular em um direcionamento autoritário. Por isso, políticas de lei e ordem podem vir a adquirir consenso aparentando estar ancoradas “não simplesmente em mitos, medos e especulações, mas na experiência das pessoas comuns” (HALL, 1988, p. 36) (tradução livre).

Segundo Feltran (2010b), diante da lacuna de representatividade deixada pelos movimentos sociais nos espaços periféricos, a expansão do “mundo do crime” coexistiu com aquela irradiada pelo militarismo. Essas formas de representação e estabelecimento da ordem nas periferias se imiscuem em um contexto no qual, de um lado, o processo de incriminação tem historicamente criminalizado a população periférica no Brasil e, de outro, essas pessoas também são as principais vítimas dos crimes comuns. Nesse imbróglcio, embora a violência policial cometida em bairros de periferia esteja fartamente documentada (CALDEIRA, 2011; KUZINSKI et al, 2015) – se orientando por uma representação que as toma, homoganeamente, como os territórios da violência e o lugar de todas as ilegalidades (VALLADARES, 2005) – não raro seus moradores traçam distinções internas diante do “mundo do crime”, que recuperam a clássica oposição entre “trabalhadores” e “bandidos” (ZALUAR, 2000). Conquanto essa classificação adquira grande plasticidade quando parte de agentes policiais (FELTRAN, 2007), a frase “direitos humanos para humanos direitos” sintetiza a expectativa social de que o Estado

apenas violaria direitos daqueles que não são “pessoas de bem” (KALIL et al, 2018). Investindo sobre tais distinções, e diante da percepção sobre uma suposta “inversão de valores” nas prioridades estatais, Bolsonaro teceu suas próprias respostas, incluídas no plano de governo e exploradas à exaustão: não só punir e prender mais, além de permitir que o cidadão se projeta do crime, como também redirecionar a política de direitos humanos, priorizando não os “bandidos”, mas a defesa das vítimas da violência – os “cidadãos de bem”.

Conforme Hall (1988), o crime é um tipo de tema que pode ser condensado em discursos que deslocam, sistematicamente, questões políticas em convenções morais absolutas – uma vez que está presente na experiência das classes populares não só como uma ameaça para os seus limitados recursos materiais, mas também ao seu senso de ordem. A partir da chave de diferenciação entre “bandido” e “vagabundo”, em oposição às “pessoas de bem” ou aos “cidadãos de bem”, o problema da violência foi no bolsonarismo amplamente incorporado à gramática do populismo autoritário. Os significados atribuídos a esses termos agregaram elementos das mais diversas naturezas, costurando os valores e as questões morais ao problema do crime, à corrupção, à necessidade de disciplina, à identificação de inimigos internos – e, enfim, a um projeto de nação. Nesse sentido, discursos de toda sorte foram congregados, a partir de combinações variáveis, nos mesmos significantes – e, de maneira concomitante, seus supostos indícios de ameaça à ordem e à integridade nacional foram pulverizados sobre distintos focos de ansiedade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de definições essencialistas que estabeleçam qualquer relação causal ou fundamental entre pobreza e conservadorismo, a recuperação dos escritos de Hall em torno à ascensão do populismo autoritário nos permite ver um padrão similar em que a plasticidade do popular é *organizada* segundo determinados valores. Com esse intuito, não basta usar noções como manipulação ou falta de consciência, uma vez que elas *não explicam* o porquê e o como determinadas noções abstratas — como moralidade, nação, família e propriedade privada — podem se imbricar em *formas de vida concretas* que atravessam diferentes segmentos sociais. Hall — como muitos outros, por exemplo Foucault, Deleuze ou Butler — explicita *modos de subjetivação* que, diante do turbilhão virtual barulhento da realidade confusa, a individualizam de determinada forma. Com isso, evita a equivocada aposta — ele próprio a retrata entre os intelectuais da esquerda britânica dos anos 70 e 80 — de que o povo seria *naturalmente* socialista. Os processos políticos pressupõem, ao contrário, uma produção de subjetividade capaz de vencer o atrito com o realidade cotidiana que pode se engatar em múltiplos valores e formas e que é a própria conjuntura política que irá direcionar em um ou outro sentido.

Em plena década de 00, com o Brasil cada vez mais entusiasmado com o ciclo lulista que navegava de vento em popa melhorando índices econômicos e criando, inclusive, sua própria classe — a “nova classe média” ou “classe C” cujo enigma cabia ao IPEA decifrar —, o filme *Tropa de Elite* (2007, Diretor José Padilha) explode nas periferias mediante o compartilhamento de DVDs gravados vendidos no comércio informal e é *aplaudido* em vários cinemas espalhados pelo Brasil. Nele, o capitão Nascimento ocupa o espaço do herói atormentado e o policial militar Matias, enquanto seu principal discípulo, está enredado entre a brutalidade seca do BOPE com suas operações de guerra, as aulas de Criminologia de um professor foucaultiano na faculdade e seus colegas playboys maconheiros cujo engajamento social não passava de palavrório vazio diante da barbárie do tráfico. Ali, anti-intelectualismo, recusa da complexidade, assunção de “missão” messiânica, crítica da corrupção e moralismo estrutural pareciam encontrar sua primeira forma — ainda espectral, no nível cinematográfico

— mas que depois iria se condensar na figura do capitão redentor que, vindo do Exército para a política, livraria o país do Mal libertando os cidadãos de bem da exploração do Estado e sua de elite corrupta, assim como os trabalhadores decentes da vagabundagem parasitária que iria dos criminosos propriamente ditos até estudantes hipsters esquerdistas e hipócritas militantes de movimentos sociais.

Hall nos permite separar as duas posições simetricamente essencialistas que não fazem justiça à dinâmica imanente das formações políticas: a posição que explica tudo pela macroestrutura, a ponto de reduzir os sujeitos a fantoches manipulados como se não coparticipassem da construção dos fenômenos e, no outro extremo, o essencialismo que associa pobreza ao conservadorismo de modo orgânico, em geral carregando sub-repticiamente o preconceito que atribui “ignorância” do cidadão pobre como “caixa vazia” preenchida pela manipulação midiática. Em vez disso, é percorrendo a coluna do micro ao macro, permitindo enxergar as condensações que articulam as subjetivações virtualmente possíveis, que podemos compreender as engrenagens que fazem funcionar a “máquina” bolsonarista e seus atravessamentos dados pela equivalência populista. Desse modo, é possível desmontar a máquina e, mediante uma espécie de engenharia reversa, oferecer engates que se contraponham ao autoritarismo do bolsonarismo popular para resolver os problemas concretos vividos pela população pobre brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo Romualdo Machado. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangélicos e a crise brasileira. **Novos Estudos. CEBRAP**, v. 38, pp. 185-213, 2019.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Claudia. Public Security, Criminal Policy and Sentencing in Brazil during the Lula and Dilma Governments, 2003-2014: Changes and Continuities. **International Journal for Crime, Justice and Social Democracy**, v. 6, pp. 146-163, 2017.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2011.
- CESARINO, Leticia Maria Costa da Nóbrega. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, pp. 530-557, 2019.
- CIFALI, Ana Claudia. **A política criminal brasileira no governo Lula (2003-2010): diretrizes, reformas legais e impacto carcerário**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2016.
- CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019.
- GIDDENS, Anthony. **Central Problems in Social Theory: action, structure and contradiction in social analysis**. London: Macmillan Education LTD, 1979.
- FELTRAN, Gabriel. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 23, n 58, pp. 59–73, 2010a.
- FELTRAN, Gabriel. Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). **Blog 'Novos Estudos CEBRAP'**, São Paulo, 14 jun. 2020a.

- FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2011.
- FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia (USP. Impresso)**, v. 53, pp. 565-611, 2010b.
- FELTRAN, Gabriel. The revolution we are living. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, pp. 12-20, 2020b.
- FELTRAN, Gabriel. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Temáticas (UNICAMP)**, v. 1, ano 15, pp. 11-50, 2007.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**, ano 14, 2020.
- HALL, Stuart. **The hard road to renewal**: Thatcherism and the crisis of the left. London: Verso, 1988.
- KALIL, Isabela Oliveira et al. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro**. (Relatório de pesquisa). 2018.
- KUZINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LIMA, Renato Sérgio de. A bíblia e a bala. **Piauí (online)**, São Paulo, 22 set. 2020.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MARQUES, Adalton José. **Humanizar e expandir**: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCRIM, 2018.
- NEIGURG, Frederico; THOMAZ, Omar Ribeiro. Ethnographic views of Brazil's (new) authoritarian turn. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, pp. 7-11, 2020.
- NOBRE, Marcos. O caos como método. **Piauí (impressa)**, ano 13, pp. 30-33, abr. 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. From hope to hate. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, pp. 21-31, 2020.
- PINTO NETO, Moysés. Taxi Driver: plasticidade destrutiva e cancelamento do futuro. In: **Criminologia e Cinema: semânticas do castigo**. Org: Bruno Machado, Cristina Zackseski e Evandro Piza Duarte. Brasília: Marcial Pons, 2018.
- PRATA, Antonio. *#minhaarmaminhasregras*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 de nov. 2019.
- ROCHA, Camila. **'Menos Marx mais Mises'**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018a.
- ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: Esther Solano (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, pp. 15-20, 2018b.

ROCHA, Camila. Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa. **Opinião Pública (UNICAMP)**, v. 24, pp. 29-52, 2018c.

ROCHA, Camila. Classes populares experimentam um sentimento de frustração profunda com a política brasileira. Entrevista especial com Camila Rocha. **Instituto Humanitas Unisinos**, 20 jul. 2020.

SÁ E SILVA, Fabio Costa Morais de. Nem isto, nem aquilo': trajetória e características da política nacional de segurança pública (2000-2012). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, pp. 412-433, 2012.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus**: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Braziliense, 2000.

